



agenda
legislativa
da indústria



Prestando Contas

342.537.3(083.84)
C748ac
2007
CNI

N. Cham.: 342.537.3(083.84) C748ac
Autor: Confederação Nacional da Indús
Título: Agenda legislativa da indústria : 2007



15006

Ac. 9583

Nr. Pat.

Brasília
2007

agenda
legislativa
da indústria



2 0 0 7

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

PRESIDENTE

Armando de Queiroz Monteiro Neto

1º VICE-PRESIDENTE

Paulo Antonio Skaf

VICE-PRESIDENTES

Robson Braga de Andrade

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Paulo Gilberto Fernandes Tigre

José de Freitas Mascarenhas

Rodrigo Costa da Rocha Loures

Alcantaro Corrêa

José Nasser

Jorge Parente Frota Júnior

Francisco de Assis Benevides Gadelha

Flavio José Cavalcanti de Azevedo

Antonio José de Moraes Souza

1º SECRETÁRIO

Paulo Afonso Ferreira

2º SECRETÁRIO

José Carlos Lyra de Andrade

1º TESOUREIRO

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

2º TESOUREIRO

Alfredo Fernandes

DIRETORES

Lucas Izoton Vieira

Fernando de Souza Flexa Ribeiro

Jorge Lins Freire

Jorge Machado Mendes

Jorge Wicks Côrte Real

Eduardo Prado de Oliveira

Eduardo Machado Silva

João Francisco Salomão

Antonio Rocha da Silva

José Conrado Azevedo Santos

Euzebio André Guareschi

Rivaldo Fernandes Neves

Francisco Renan Oronoz Proença

José Fernando Xavier Faraco

Olavo Machado Júnior

Carlos Antonio de Borges Garcia

Manuel Cesario Filho

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Sérgio Rogério de Castro

Julio Augusto Miranda Filho

João Oliveira de Albuquerque

SUPLENTE

Carlos Salustiano de Sousa Coelho

Telma Lúcia de Azevedo Gurgel

Charles Alberto Elias



Confederação Nacional da Indústria

agenda
legislativa
da indústria

Prestando Contas

Brasília

2007

Conselho de Assuntos Legislativos - CAL

Presidente: Carlos Eduardo Moreira Ferreira

Vice-Presidente: Carlos Antônio de Borges Garcia

Conselheiros: Alberto Alves; Carlos Anísio Rocha Figueiredo; César Augusto dos Reis; Ciro Mortella; Doreni Isaías Caramorim Junior; Fabio Starace Fonseca; Gilberto José Rossi; Gilberto Porcello Petry; Glauco José Côrte; Henrique Antônio Nora Oliveira Lima; Humberto Barbato Neto; Jorge Gerdau Johannpeter; Jorge Wicks Côrte Real; Luiz Augusto de Barros; Manuel Cesário Mendes Filho; Márcio João de Andrade Fortes; Marcos Guerra; Newton Sérgio de Souza; Paulo Safady Simão; Pierangelo Rossetti.

Diretoria Executiva - DIREX

Diretor-Executivo CNI: José Augusto Coelho Fernandes

Diretor de Operações: Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti

Diretor de Relações Institucionais: Marco Antonio Reis Guarita

Unidade de Assuntos Legislativos - COAL

Gerente-Executivo: Ricardo Mariano Marcondes Ferraz

Gerente-Executivo Adjunto: Godofredo Franco Diniz

Gerente-Executivo Adjunto: Luiz de Gonzaga Fonseca Mota

C748a

Confederação Nacional da Indústria.

Agenda legislativa da indústria: prestando contas / CNI. – Brasília : 2007.

54 p.

1. Assuntos legislativos 2. Reforma política 3. Sistema tributário 4. Brasil I. Título

CDU 338 (81)

Confederação Nacional da Indústria – CNI
Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco C

Edifício Roberto Simonsen
70040-903 Brasília – DF
Tel.: (61) 3317- 9060

Fax: (61) 3317- 9330

Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC
Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

E-mail: sac@cni.org.br
Site: http://www.cni.org.br

Siglas

CD	Câmara dos Deputados
SF	Senado Federal
CN	Congresso Nacional
MPV	Medida Provisória
PDC	Projeto de Decreto Legislativo tramitando na Câmara dos Deputados
PDS	Projeto de Decreto Legislativo tramitando no Senado Federal
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei Ordinária tramitando na Câmara dos Deputados
PLC	Projeto de Lei da Câmara tramitando no Senado Federal
PLS	Projeto de Lei Ordinária tramitando no Senado Federal
PLS-C	Projeto de Lei Complementar tramitando no Senado Federal
PLP	Projeto de Lei Complementar tramitando na Câmara dos Deputados
PLV	Projeto de Lei de Conversão

COMISSÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

CAINDR	Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional
CAPADR	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CCTCI	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
CDC	Comissão de Defesa do Consumidor
CDEIC	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CDU	Comissão de Desenvolvimento Urbano
CEC	Comissão de Educação e Cultura
CESP	Comissão Especial
CFFC	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
CLP	Comissão de Legislação Participativa
CMADS	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CDCMAM	Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (*)
CME	Comissão de Minas e Energia
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
CSPCCO	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família
CTASP	Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
CTD	Comissão de Turismo e Desporto
CVT	Comissão de Viação e Transportes

(*) Comissão dividida em duas:

CMADS – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
CDC – Comissão de Defesa do Consumidor.

COMISSÕES DO SENADO FEDERAL

CAE	Comissão de Assuntos Econômicos
CAS	Comissão de Assuntos Sociais
CCJ	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CDH	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CDR	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CE	Comissão de Educação
CI	Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
CMA	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRA	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
CRE	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

COMISSÕES DO CONGRESSO NACIONAL

CMIST	Comissão Mista
CMO	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
CPCM	Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito

Sumário

Apresentação	11
Quadros Quantitativos	17
Proposições com Posicionamento Convergente	17
Regulamentação da Economia	17
Questões Institucionais	18
Legislação Trabalhista	18
Custo de Financiamento	19
Infra-Estrutura	20
Sistema Tributário	20
Infra-Estrutura Social	21
Indicações Setoriais	22
Proposições com Posicionamento Convergente com Ressalvas	25
Regulamentação da Economia	25
Questões Institucionais	27
Legislação Trabalhista	28
Infra-Estrutura	30
Sistema Tributário	31
Infra-Estrutura Social	32
Indicações Setoriais	32
Proposições com Posicionamento Divergente com Ressalvas	35
Regulamentação da Economia	35
Legislação Trabalhista	35
Sistema Tributário	36
Proposições com Posicionamento Divergente	39
Regulamentação da Economia	39
Questões Institucionais	40
Legislação Trabalhista	40
Sistema Tributário	44
Infra-Estrutura Social	45
Indicações Setoriais	45
Índice	51

Apresentação

Em cumprimento ao compromisso de promover a defesa dos legítimos interesses da indústria, de forma clara e transparente, o “Prestando Contas” na sua presente edição, a exemplo do que foi feito em 2006, tem o propósito de mostrar como se comportou, ao longo do 1º semestre do corrente ano legislativo, cada uma das proposições priorizadas na Agenda Legislativa da Indústria 2007.

Estão atualizadas não somente a tramitação dos projetos, mas também os respectivos conteúdos, com destaque para as inovações e para os aprimoramentos de textos sucedâneos resultantes do processo de apreciação, discussão e deliberação promovido pelos parlamentares.

Apresenta também quadros numéricos, demonstrativos do grau de intensidade e do foco das discussões no Congresso Nacional sobre os grandes temas inscritos na Agenda Legislativa da Indústria de 2007. Ressaltem-se as intensas movimentações para projetos de caráter estruturante e que constaram da agenda da indústria, especialmente os que preconizavam a independência e a autonomia financeira das Agências Reguladoras; a defesa da concorrência; novas regras para demonstrações contábeis e a reforma política.

Outro destaque foi a contribuição do setor industrial nos debates e nas audiências, com vistas ao aperfeiçoamento das medidas que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), muitas das quais já foram transformadas em lei.

Dessa forma, o “Prestando Contas” se propõe a ser um instrumento de fácil e pronto manuseio para orientar a ação legislativa do setor industrial, em consonância com as diretrizes do Mapa Estratégico da Indústria (2007 – 2015).

Armando Monteiro Neto
Presidente

Quadros Quantitativos

Prestando Contas (período de abril a julho de 2007)

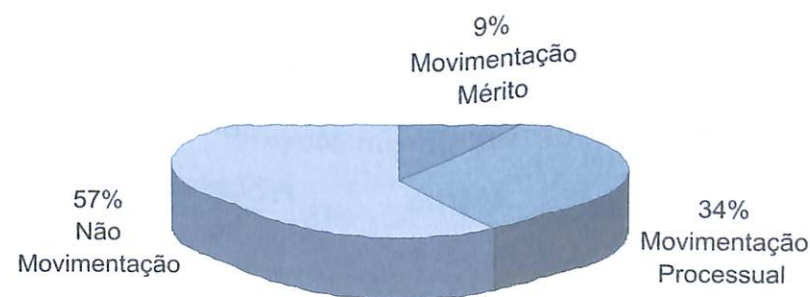
QUADRO GERAL DE MOVIMENTAÇÃO

Critérios

Movimentação de Mérito – Votações nas Comissões ou no Plenário das duas Casas.

Movimentação Processual – Alterações que não representam encerramento da tramitação, tais como distribuição, indicação de relator, apresentação de parecer, pedido de vistas, audiências públicas, inclusão em pauta, e outras do gênero.

Apresentaram Movimentação		NÃO Apresentaram Movimentação	TOTAL
MÉRITO	PROCESSUAL		
8	48	42	98



Proposições finalizadas

PEC 285/2004 – Prejudicada.

PLC 124/2006 – Lei nº 11.487, de 2007.

PL 4.695/2001 – Arquivado em face da nova Legislatura.

PL 980/2003 – Arquivado em face da nova Legislatura.

PL 2.679/2003 – Prejudicado.

PL 7.594/2006 – Arquivado em face da nova Legislatura.

PL 3.902/2004 – Arquivado em face da nova Legislatura.

QUADRO GERAL DE MOVIMENTAÇÃO – POR TEMA

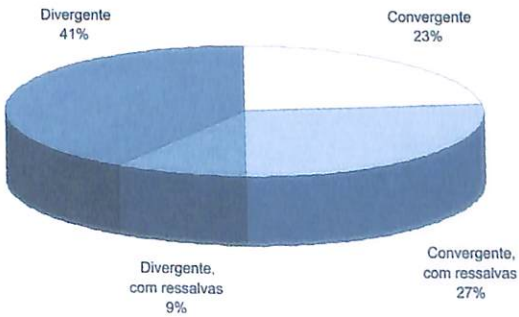
TEMAS	Apresentaram Movimentação		Não Apresentaram Movimentação	TOTAL
	Mérito	Processual		
Regulamentação da Economia	3	14	8	25
Questões Institucionais	1	-	3	4
Legislação trabalhista	-	13	13	26
Custo de Financiamento	1	-	-	1
Infra-Estrutura	-	2	1	3
Sistema Tributário	-	7	6	13
Infra-Estrutura Social	1	3	1	5
Indicações Setoriais	2	9	10	21
Total geral	8	48	42	98

QUADRO GERAL DE MOVIMENTAÇÃO – POR POSICIONAMENTO

POSICIONAMENTO	TRAMITANDO		Não Apresentaram Movimentação	TOTAL
	Apresentaram Movimentação			
	Mérito	Processual		
Convergente	3	9	10	22
Convergente com Ressalvas	4	11	11	26
Divergente com Ressalvas	-	6	3	9
Divergente	1	22	18	41
Total geral	8	48	42	98

QUADRO GERAL DE POSICIONAMENTO – POR TEMA (MARÇO/2007)

TEMA	Convergente	Convergente com Ressalvas	Divergente com Ressalvas	Divergente	Total	Taxa de Convergência
Regulamentação da Economia	6	10	3	6	25	64%
Questões Institucionais	1	2	-	1	4	75%
Legislação Trabalhista	4	4	3	15	26	30,8%
Custo de Financiamento	1	-	-	-	1	100%
Infra-Estrutura	1	2	-	-	3	100%
Sistema Tributário	4	3	3	3	13	53,8%
Infra-Estrutura Social	1	2	-	2	5	60%
Indicações Setoriais	5	3	-	13	21	38%
Total parcial	23	26	9	40	98	50%
Total geral	49		49		98	



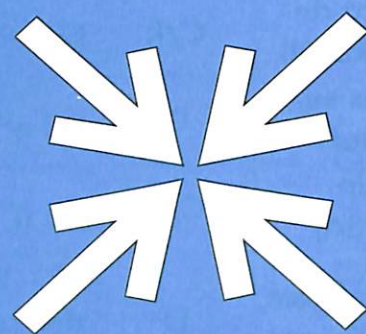
QUADRO DE PROJETOS ESTRUTURANTES

Projetos Estruturantes		
Projeto	Posicionamento	Movimentação
Independência e Autonomia Financeira das Agências Reguladoras (PL nº 3.337/2004)	D/R	Processual
Marco Regulatório para o Gás Natural (PL nº 334/2007)	C/R	Processual
Mata Atlântica (PL nº 7.675/2006)	C	Processual
Resíduos Sólidos (PL nº 203/1991)	C/R	Sem movimentação
Portos Secos (PLS nº 327/2006)	C/R	Processual
Terceirização (PL nº 4.302/1998) PL nº 4.330/2004)	C/R C	Sem movimentação
Redesim (PLC nº 115/2006)	C/R	Mérito
Defesa da Concorrência (PL nº 5.877/2005)	C/R	Processual
Reforma Tributária (PEC nº 285/2004)	D/R	Mérito
Reforma Política (PL nº 2.679/2003)	C/R	Mérito

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

Projeto – Foco	Posição	Situação atual
MPV nº 347/2007 – Aumento de crédito à CEF para aplicação em saneamento básico e em habitação popular	C/R	Lei nº 11.485, de 2007
MPV nº 348/2007 – Instituição de Fundos de Investimento em Participações em Infra-Estrutura	C/R	Lei nº 11.478, de 2007
MPV nº 349/2007 – Fundo de investimento do FGTS em infra-estrutura	C	Lei nº 11.491, de 2007
MPV nº 350/2007 – Programa de Arrendamento Residencial	C	Lei nº 11.474, de 2007
MPV nº 351/2007 – Medidas para desenvolvimento de infra-estrutura (REIDI)	C/R	Lei nº 11.488, de 2007
MPV nº 352/2007 – Estímulos aos setores de semicondutores e TV digital	C	Lei nº 11.484, de 2007
MPV nº 353/2007 – Liquidação da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA)	C/R	Lei nº 11.483, de 2007
PLC nº 42/2007 (PL nº 1/2007) – Reajuste e política de valorização do salário mínimo	D	SF – Encontra-se pronto para a Ordem do Dia do Plenário, com parecer favorável da CAE.
PLC nº 32/2007 (PL nº 7.709/2007) – Novas regras para licitação	C/R	SF/CAE (a requerimento) – Aguarda parecer do relator, senador Eduardo Suplicy (PT/SP). CCJ – Aprovada com emendas. Obs.: Cancelada a urgência.
PLN nº 1/2007 – Dotação orçamentária para projetos-piloto de investimentos	C/R	Lei nº 11.477, de 2007
PLP nº 1/2007 – Limite às despesas com pessoal e com encargos sociais da União	C/R	CD/CESP – Aguarda parecer do relator, deputado José Pimentel (PT/CE).
PLP nº 388/2007 – Definição da competência comum em matéria ambiental	D/R	CD/CMADS – Apensado ao PLP nº 12/2003. Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Nilson Pinto (PSDB/PA), favorável ao PLP nº 12/2003 e ao PLP nº 388/2007, com substitutivo. CAPADR – Aprovado com substitutivo.

Ricardo Mariano Marcondes Ferraz
Gerente-Executivo da Unidade de Assuntos Legislativos – COAL/CNI



CONVERGENTE

Proposições com Posicionamento Convergente

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

PL nº 4.961/2005, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)

Permite o patenteamento de substâncias ou de matérias extraídas de ser vivo natural.

Situação na agenda: CD/CMADS – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD/CMADS – Aguarda o parecer do relator, deputado Germano Bonow (DEM/RS).

PEC nº 81/2003, do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)

Fixa os princípios constitucionais para as agências reguladoras.

Situação na agenda: SF/CCJ – Com o senador Demóstenes Torres (DEM/GO), para elaboração do texto para o segundo turno. Plenário – Aprovado substitutivo em primeiro turno.

Situação atual: Inalterada.

PEC nº 31/2005, do senador Augusto Botelho (PT/RR)

Estabelece que as unidades de conservação da natureza serão criadas por lei.

Situação na agenda: SF/CCJ – Aguardava designação de relator.

Situação atual: Inalterada.

PL nº 6.840/2006, do deputado José Thomaz Nono (DEM/AL)

Possibilita a compensação da área de reserva legal em bacia hidrográfica diversa de onde o imóvel rural estiver localizado.

Apensado ao PL nº 6424/2005.

Situação na agenda: CD/CMADS – Aguardava parecer do relator, deputado Jorge Khoury (DEM/BA), pela aprovação do PL nº 6.840 e dos apensados com substitutivo, e pela rejeição das emendas apresentadas ao substitutivo.

Situação atual: CD/CMADS – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Jorge Khoury (DEM/BA), favorável com substitutivo.

**PL nº 7.469/2006, do deputado Beto Albuquerque (PSB/RS)**

Dispõe que não configurará crime ambiental o funcionamento de empreendimentos com licença ambiental vencida que esteja em processo de renovação.

Situação na agenda: CD/CMADS – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD/CMADS – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Ricardo Tripoli (PSDB/SP), pela rejeição.

PL nº 7.675/2006, da deputada Mariângela Duarte (PT/SP) e do deputado Luiz Bassuma (PT/BA)

Estabelece diretrizes e objetivos da Política Brasileira de Ecologia Molecular e dispõe sobre a exploração econômica sustentável da Biodiversidade da Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima e da Amazônia.

Situação na agenda: CD/CAINDR – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD/CAINDR – Aguarda parecer da relatora, deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC).

QUESTÕES INSTITUCIONAIS**PL nº 6.607/2006, do deputado Bernardo Ariston (PMDB/RJ)**

Uniformiza e fixa em 90 (noventa) dias o prazo de validade de certidões negativas emitidas por órgãos federais.

Situação na agenda: CD/CTASP – Aguardava parecer do relator, deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA).

Situação atual: Inalterada.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA**PLS nº 76/2005, do senador Jefferson Péres (PDT/AM)**

Autoriza a suspensão do contrato de trabalho nos casos em que a empresa apresentar impossibilidade de manter o nível da produção ou o fornecimento de serviços, em razão de crise econômico-financeira.



Situação na agenda: SF/CAS – Aguardava parecer do relator, senador Demóstenes Torres (DEM/GO).

Situação atual: SF/CAS – Aguarda apreciação do parecer do relator, senador Demóstenes Torres (DEM/GO), pela aprovação.

PL nº 7.386/2006 (PLS nº 116/2003, do senador Sérgio Zambiasi – PTB/RS)

Prevê que as férias poderão ser desdobradas em até três períodos, que não poderão ser inferiores a 10 (dez) dias corridos, mediante acordo escrito, individual ou coletivo.

Situação na agenda: CD/CTASP – Aguardava parecer do relator, deputado Tadeu Filippelli (PMDB/DF).

Situação atual: Inalterada.

PLP nº 378/2006, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)

Extingue a contribuição adicional de 10%, incidente sobre os depósitos referentes ao FGTS, devida pelos empregadores em caso de despedida do empregado sem justa causa.

Situação na agenda: CD/CTASP – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD/CTASP – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Milton Monti (PR/SP), favorável com substitutivo. O substitutivo traz apenas alterações de técnica legislativa e revoga o dispositivo que prevê que a Caixa Econômica Federal somente pode efetuar qualquer depósito referente à complementação de atualização monetária se a contribuição adicional de 10% continuar em vigor a partir do 64º mês da publicação da lei que a instituiu.

PL nº 4.330/2004, do deputado Sandro Mabel (PL/GO)

Regula o contrato de prestação de serviço e as relações de trabalho dele decorrentes. A empresa contratante será subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas.

Situação na agenda: CD/CTASP – Aguardava parecer do relator, deputado Pedro Henry (PP/MT). CDEIC – Aprovado, com emendas

Situação atual: Inalterada.

CUSTO DE FINANCIAMENTO**PL nº 3.741/2000, do Poder Executivo**

Altera dispositivo da Lei das S/A e dispõe sobre práticas contábeis e demonstrações financeiras das sociedades por ações, para estender às sociedades denominadas de “grande



porte” a obrigatoriedade de realização de auditoria independente, bem como as disposições contidas na citada lei relativas à elaboração e à publicação de demonstrações contábeis. Também obriga as companhias abertas e suas controladas a observar as normas sobre contabilidade e demonstração financeira praticadas nos principais mercados de valores mobiliários, segundo os prazos e as condições de regulamentação expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

Situação na agenda: CD/CFT – Aguardava apreciação do parecer do relator, deputado Armando Monteiro (PTB/PE), favorável com substitutivo. CDEIC – Aprovado, com substitutivo.

Situação atual: CD/CCJC – Aguarda parecer do relator, deputado Carlos Willian (PTC/MG). CFT – Aprovado com substitutivo, que elimina as ressalvas.

INFRA-ESTRUTURA

PL nº 7.397/2006, do deputado Júlio Semeghini (PSDB/SP)

Estabelece que, no caso dos reservatórios artificiais, deverá ser mantida, como Área de Preservação Permanente, uma faixa com largura mínima que varia de 15 a 100 metros, de acordo com sua localização (área urbana ou rural) ou utilização (geração de energia ou abastecimento público).

Situação na agenda: CD/CDU – Aguardava designação de relator.

Situação atual: Inalterada.

SISTEMA TRIBUTÁRIO

PLP nº 289/2005, do deputado Nelson Proença (PPS/RS)

Não-incidência do ISS sobre serviços efetuados em objetos destinados à industrialização ou à comercialização.

Situação na agenda: CD/CFT – Aguardava apreciação do parecer do relator, deputado Arnaldo Madeira (PSDB/SP), pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.

Situação atual: CD – Arquivada em razão da nova legislatura. Até a presente data, não foi solicitado desarquivamento. Prazo de desarquivamento: 15 de agosto de 2007.

PLP nº 243/2001, do deputado Chico da Princesa (PTB/PR)

Altera a Lei Kandir para estabelecer que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não incidirá sobre transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular, destinadas a conserto ou a substituição de partes do ativo permanente. Determina

também que não integrará a base de cálculo do ICMS, no caso da prestação de serviço de transporte, o montante do pedágio, do seguro e das tarifas de embarque, se cobrados separados dos usuários.

Apensado ao PLP nº 221/1998

Situação na agenda: CD/CCJC – Aguardava designação de relator.

Situação atual: Inalterada.

PL nº 4.695/2001, do deputado Nelson Proença (PMDB/RS)

Estabelece, para efeito da legislação do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, as regras sobre preços de transferência, aplicáveis ao reconhecimento de receitas, custos e despesas decorrentes de transações entre pessoas vinculadas.

Situação na agenda: CD/CFT – Aguardava manifestação do relator, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR). CREDN – Aprovado.

Situação atual: CD – Arquivada em razão da nova legislatura. Até a presente data, não foi solicitado desarquivamento. Prazo de desarquivamento: 15 de agosto de 2007.

PL nº 7.594/2006, do deputado Orlando Desconsi (PT/RS)

Reduz de 20% para 2% a multa moratória nos casos de não-pagamento de tributos federais no prazo estabelecido.

Situação na agenda: CD/CFT – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD – Arquivada em razão da nova legislatura. Até a presente data, não foi solicitado desarquivamento. Prazo de desarquivamento: 15 de agosto de 2007.

INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

PL nº 873/2003, do deputado Armando Monteiro (PTB/PE)

Institui o Programa Nacional de Incentivo a Atividades Educacionais, Sociais e de Combate à Pobreza (PAES) e o Certificado Nacional Empresa-Cidadã.

Situação na agenda: CD/CSSF – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD/CFT – Aguarda designação de relator. Na CSSF, foi aprovado o voto do relator, deputado Darcísio Perondi (PMDB/RS), favorável à matéria.





INDICAÇÕES SETORIAIS

PL nº 7.375/2006 (PLS nº 16/2004, do senador Eduardo Azeredo – PSDB/MG)

Exige a colocação da advertência “MANTENHA LIMPA” em embalagens de bebidas, que recomenda o uso de material protetor para evitar contaminação do produto.

Situação na agenda: CD/CSSF – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD/CSSF – Aguarda parecer do relator, deputado Darcísio Perondi (PMDB/RS).

PEC nº 516/2002, do deputado Jair Meneguelli (PT/SP)

Veda a instituição de impostos sobre medicamentos incluídos em programas governamentais de assistência farmacêutica.

Situação na agenda: CD/CCJC – Aguardava designação de relator.

Situação atual: Inalterada.

PLS nº 28/2006, do senador Ney Suassuna (PMDB/PB)

Determina que medicamentos de categorias de alta competitividade não se submeterão a controle de preços.

Situação na agenda: SF/CAS – Aguardava apreciação do parecer do relator, senador Romeu Tuma (DEM/SP), pela rejeição.

Situação atual: Inalterada.

PL nº 2.576/2000, do deputado Fernando Gabeira (PV/RJ)

Dispõe sobre o licenciamento para instalação de Estações de Rádio-Base transmissoras do serviço de telefonia móvel, e sobre os limites de exposição humana aos campos elétricos.

Situação na agenda: CD/CCTCI – Aguardava designação de relator. CSSF – Aprovado, com substitutivo.

Situação atual: CD/CCJC – Aguarda designação de relator.

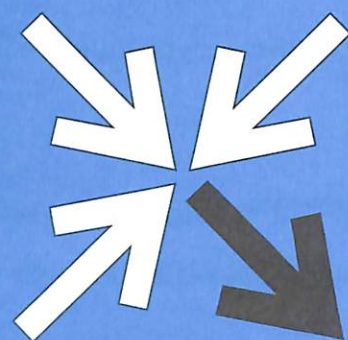
CCTCI – Aprovado com substitutivo. O substitutivo aprovado na CCTCI aprimora o projeto ao estabelecer, em conformidade com recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, gerados por estações transmissoras de radiocomunicação e por sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica que operam na faixa de frequência de até 300 GHz. Ademais, ao propor uma legislação de alcance nacional, afasta a indesejável proliferação de legislações estaduais e municipais que não guardem os mesmos parâmetros técnicos. As inovações do substitutivo aprovado mantêm o posicionamento de convergência.

**PLP nº 183/2001, do deputado Paulo Gouvêa (DEM/SC) – Substitutivo do Senado Federal**

Altera a lei complementar que dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Serviços (ISS), para garantir que os serviços próprios do setor gráfico não sejam gravados ao mesmo tempo pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e pelo ISS.

Situação na agenda: CD/Plenário – Aguardava votação do substitutivo do Senado Federal. CJC – Aprovado o substitutivo do Senado.

Situação atual: Inalterada.



CONVERGENTE,
COM RESSALVAS

Proposições com Posicionamento Convergente com Ressalvas

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

PLC nº 115/2006 (PL nº 5.288/2005, do deputado Francisco Rodrigues – PPB/RR)

Estabelece normas gerais de simplificação do registro e de legalização de empresários e pessoas jurídicas no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM).

Situação na agenda: SF/CCJ – Aguardava designação de relator.

Situação atual: SF/CAE – Aguarda apreciação do parecer do relator, senador Sibá Machado (PT/AC), pela aprovação. CCJ – Aprovado.

PL nº 203/1991 (PLS nº 354/1989, do senador Francisco Rollemberg – PMN/SE)

Institui a Política Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, seus objetivos, fundamentos e instrumentos.

Situação na agenda: CD/Plenário – Aguardava inclusão em Ordem do Dia, para apreciação do substitutivo adotado pela Comissão Especial (CESP).

Situação atual: Inalterada.

PL nº 3.955/2004, do deputado José Santana de Vasconcellos (PL/MG)

Possibilita às empresas industriais e agroindustriais a dedução, em dobro, para efeito de apuração do lucro tributável pelo Imposto de Renda, dos gastos com aquisição e instalação de equipamentos e de aparelhos destinados a evitar a poluição ambiental nas suas unidades de produção.

Situação na agenda: CD/CMADS – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD/CFT – Aguarda parecer do relator, deputado Pepe Vargas (PT/RS). CMADS – Aprovado, com emendas.

PL nº 4.288/2004, do deputado Celso Russomano (PP/SP)

Altera a Lei que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, para estabelecer que os valores arrecadados com a cobrança pelo uso desses recursos serão aplicados, obrigatoriamente, na bacia hidrográfica onde foram gerados.



Apensado ao PL nº 4.308/2004.

Situação na agenda: CD/CCJC – Aguardava apreciação do parecer do relator, deputado André de Paula (DEM/PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei, com substitutivo.

CME e CFT – Aprovado.

Situação atual: Inalterada. Incluído em pauta 83 vezes.

PL nº 6.976/2006, do deputado Carlos Eduardo Cadoca (PMDB/PE)

Determina que feiras, exposições, convenções, congresso e atividades internacionais, promovidas por pessoas jurídicas, serão submetidas a regime tributário especial com isenção do pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Situação na agenda: CD/CFT – Aguardava designação de relator. CTD – Aprovado.

Situação atual: CD/CFT – Aguarda manifestação do relator, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR).

PLS nº 32/2006 – Complementar dos senadores Renan Calheiros (PMDB/AL) e Fernando Bezerra (PTB/RN)

Altera a legislação cambial brasileira para extinguir a cobertura cambial nas exportações, ou seja, determina o fim da obrigatoriedade de exportadores venderem seus dólares no mercado de câmbio brasileiro.

Situação na agenda: SF/CCJ – Aguardava designação de relator.

Situação atual: Inalterada.

PLP nº 7/2007, do deputado Pepe Vargas (PT/RS)

Institui o Sistema Nacional de Garantias de Crédito (SNGC), com objetivo de facilitar o acesso das micro e pequenas empresas ao crédito e aos demais serviços das instituições financeiras.

Apensado ao PLP nº 2/2007.

Situação na agenda: CD/CDEIC – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD/CDEIC – Aguarda parecer do relator, deputado Jurandil Juarez (PMDB/AP). O Projeto poderá ser considerado prejudicado, pois a matéria está contemplada também no PLC nº 43/2007 (PLP nº 79/2007), que está no Senado Federal e aguarda inclusão na Ordem do Dia. O PLC nº 43/2007 foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



PLC nº 119/2006 (PLP nº 184/2004, do Poder Executivo)

Institui a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (SUDECO), autarquia especial, com autonomia financeira e administrativa.

Situação na agenda: SF/CCJ – Aguardava designação de relator.

Situação atual: SF/CCJ – Aguarda parecer da relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO).

PL nº 5.877/2005, do Poder Executivo

Reestrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). Como principais modificações em relação ao sistema vigente, destacam-se: (i) análise prévia de fusões e aquisições; e (ii) nova estrutura para o SBDC, que será composto apenas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico (SAE), de modo que as funções de instrução e julgamento estarão unificadas em um novo CADE, que incorporará o Departamento de Proteção e Defesa Econômica (DPDE) da Secretaria de Direito Econômico (SDE).

Apensado ao PL nº 3.937/2004.

Situação na agenda: CD – Aguardava constituição de Comissão Especial (CESP).

Situação atual: CD/CESP – Aguarda parecer do relator, deputado Ciro Gomes (PSB/CE).

PLC nº 124/2006 (PL nº 7.514/2006, do Poder Executivo)

Incentivos relativos ao Imposto de Renda (IR) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), para investimentos em Inovação Tecnológica.

Situação na agenda: CD – Encontra-se no Plenário, em regime de urgência, com os seguintes pareceres: CAE, relator senador Francisco Dornelles (PP/RJ), favorável, com uma emenda redacional; CE, relator senador Flávio Arns (PT/PR), favorável ao projeto, com emenda.

Situação atual: Em 15 de junho de 2007, foi transformada na Lei nº 11.487, sem vetos.

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

PEC nº 511/2006 (PEC nº 72/2005, do senador Antonio Carlos Magalhães – DEM/BA)

Altera as regras para edição de medidas provisórias. Terão força de lei somente depois de aprovada a sua admissibilidade, e não poderão conter matéria estranha ao seu objeto ou a ele não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão. Veda, ainda, a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a tributos, salvo a sua redução ou extinção.

Situação na agenda: CD/CCJC – Aguardava parecer do relator, deputado José Eduardo Cardozo (PT/SP).

Situação atual: Inalterada.

**PL nº 2.679/2003, da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados (REFPOLIT)**

Institui o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, o voto em listas partidárias pré-ordenadas, as federações partidárias e proíbe as coligações nas eleições proporcionais (Reforma Política).

Apensado ao PL nº 5.268/2001

Situação na agenda: CD/Plenário – Aguardava apreciação em turno único, com os seguintes pareceres: CCJC, pela rejeição do PL nº 5.268/2001 e pela aprovação do PL nº 2.679/2003; e CFT, pela aprovação, com emenda.

Situação atual: CD – O projeto e as proposições apensadas foram arquivados. Contudo, por acordo de lideranças, novo projeto foi apresentado (PL nº 1.210/2007), de teor idêntico ao PL nº 2.679/2003. Na apreciação do novo projeto, o sistema de votação em listas pré-ordenadas foi rejeitado em sessão plenária. Os demais itens da proposta, incluídos em emenda aglutinativa apresentada pelo relator, deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO), aguardam votação pelo Plenário no segundo semestre de 2007.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA**PL nº 6.746/2006, do deputado Júlio Redecker (PSDB/RS)**

Estabelece tratamento tributário, previdenciário e trabalhista diferenciado para prêmios por desempenho pessoal, concedidos pelas empresas públicas ou privadas a seus empregados e demais colaboradores, com o objetivo de atingir metas de qualidade e produtividade.

Situação na agenda: CD/CTASP – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD/CTASP – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Sandro Mabel (PL/GO), pela aprovação, com substitutivo. O substitutivo propõe a inserção da matéria na Lei nº 10.101/2000, que trata da participação dos trabalhadores nos lucros e nos resultados da empresa. Condiciona a concessão do prêmio à elaboração e à divulgação, pelos empregados interessados, de documento com regras referentes a objetivos, metas e prazo de duração do programa, além de métodos de aferição do desempenho individual ou de grupos de trabalhadores. Esse documento deverá ser mantido pelo empregador, à disposição da fiscalização, pelo prazo de 5 (cinco) anos. O prêmio por desempenho será submetido às mesmas regras de participação nos lucros e nos resultados da empresa. Exclui da proposta original: (i) a limitação do valor do prêmio; (ii) a previsão de que a elaboração, a implantação, a execução e o monitoramento dos programas devem ser realizados por empresas habilitadas no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); (iii) a multa no valor de 5.000 Ufirs para a pessoa jurídica que desrespeitar as normas sobre o prêmio. O texto sugerido aprimora o projeto de origem e elimina as ressalvas iniciais.

**PLS nº 112/2006, do senador José Sarney (PMDB/AP)**

Obriga as empresas a preencherem 3% de seu quadro de empregados com pessoas portadoras de deficiência, com a possibilidade de composição da quota por portadores de deficiência terceirizados e com a inserção de número equivalente em programas de profissionalização.

Situação na agenda: SF/CCJ – Aguardava parecer do relator, senador Edison Lobão (DEM/MA).

Situação atual: SF/CCJ – Aguarda apreciação do parecer do relator, senador Edison Lobão (DEM/MA), pela aprovação, com 15 (quinze) emendas. As emendas são, em sua maioria, redacionais, à exceção: (i) da exclusão da reserva de vagas de 5% para as pessoas portadoras de deficiência nas instituições públicas de ensino fundamental e médio (permanece a reserva apenas para o ensino profissionalizante); (ii) da atribuição de competências ao Poder Público, em vez de a Ministérios, como consta do projeto de origem; (iii) do aumento, de 3% para 5%, das vagas reservadas em concursos para provimento de cargos e de empregos públicos.

PL nº 4.302/1998, do Poder Executivo

Estabelece regras para prestação de serviços a terceiros. Atribui responsabilidade subsidiária à empresa contratante pelas obrigações trabalhistas e pelo recolhimento das contribuições previdenciárias (substitutivo do Senado Federal).

Situação na agenda: CD/CTASP – Aguardava parecer do relator, deputado Sandro Mabel (PL/GO). CCJC – Aguardava designação de relator.

Situação atual: Inalterada. Permanece pendente de apreciação a mensagem do autor (Poder Executivo), encaminhada em 20 de agosto de 2003, que solicita a retirada do Projeto.

PL nº 6.541/2006, da Comissão Especial Mista de Regulamentação da Emenda nº 45

Institui o Fundo de Garantia de Execuções Trabalhistas (FGET), com a função de assegurar, subsidiariamente, o pagamento dos créditos decorrentes de decisões condenatórias transitadas em julgado proferidas pela Justiça do Trabalho, no valor de até 40 (quarenta) salários mínimos.

Apensado ao PL nº 4.597/2004.

Situação na agenda: CD/CCJC – Aguardava parecer do relator, deputado Paulo Magalhães (DEM/BA).

Situação atual: Inalterada.

**INFRA-ESTRUTURA****PLS nº 327/2006, do senador João Alberto Souza (PMDB/MA)**

Dispõe sobre a abertura de portos secos, mediante o regime de licenciamento, e substitui o regime atual de concessões e permissões.

Situação na agenda: SF/CCJ – Aguardava designação de relator.

Situação atual: SF/CCJ – Aguarda apreciação do parecer do relator, senador Aloizio Mercadante (PT/SP), favorável, com emendas.

Dentre as emendas apresentadas pelo relator, merecem destaque: (i) proibição de entrada e saída de mercadoria importadas, pelo prazo de até 3 (três) dias, para realização de auditorias pelos órgãos de fiscalização federal; (ii) permissão para instalação de Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros (CLIAS) em município onde haja delegacia, inspetoria ou alfândega da Secretaria da Receita Federal do Brasil (exclui a instalação em municípios limítrofes àqueles onde haja unidades da Receita Federal); e (iii) exclusão da possibilidade de equiparação do recinto alfandegado em local interior, para efeitos fiscais, a ponto de fronteira alfandegado.

Plenário – Aguarda simultaneamente a apreciação de requerimento, do senador Marconi Perillo (PMDB/GO), o qual solicita que a matéria também seja apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

PL nº 334/2007 (PLS nº 226/2005, do senador Rodolpho Tourinho – DEM/BA)

Marco regulatório para o gás natural.

Situação na agenda: CD/CESP – Aguardava parecer do relator, deputado João Maia (PR/RN).

Situação atual: CD/CESP – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado João Maia (PR/RN), pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, adequação orçamentária e financeira. Quanto ao mérito, pela aprovação, na forma de substitutivo. O substitutivo apresentado na CESP mantém o mérito do projeto, no sentido de contribuir na constituição de um marco legal para o mercado do gás natural. Um dos principais avanços é a possibilidade de o consumidor industrial de gás ter a opção de contornar os esquemas tradicionais de distribuição e de se conectar diretamente aos produtores e aos transportadores do produto, por meio de outorgas para a construção e a operação de gasodutos. Contudo, o substitutivo não disciplina adequadamente alguns aspectos desse mercado, a saber: (i) inclusão de tratamento específico do gás natural utilizado como matéria-prima pela



indústria; (ii) importação de gás natural para consumo próprio; (iii) definição de gasoduto de transferência.

SISTEMA TRIBUTÁRIO**PLP nº 342/2006, do deputado Osvaldo Reis (PMDB/TO)**

Proibição de inclusão do montante do próprio imposto na base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Situação na agenda: CD/CFT – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD/CFT – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Arnaldo Madeira (PSDB/SP), pela rejeição.

PLS nº 30/2006 – Complementar do senador Pedro Simon (PMDB/RS)

Altera a Lei Kandir para estabelecer que a União ressarcirá os Estados e o Distrito Federal, impreterivelmente, até o 15º dia de mês subsequente das desonerações decorrentes da não-incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as operações que destinem ao exterior mercadorias e serviços. Determina também que o não-ressarcimento autoriza os Estados e o Distrito Federal a não implementarem o pagamento de suas dívidas de qualquer natureza com a União, até a igualdade de débitos entre si.

Situação na agenda: SF/CAE – Aguardava apreciação do parecer do relator, senador Gilvam Borges (PMDB/AP), pela rejeição.

Situação atual: SF/CAERT (Subcomissão de Reforma Tributária da Comissão de Assuntos Econômicos) – Aguarda apreciação do parecer do relator, senador Francisco Dornelles (PP/RJ), pela rejeição. Incluído em pauta duas vezes.

PL nº 5.250/2005 (PLS nº 245/2004, do senador Fernando Bezerra – PTB/RN)

Parcelamento de débitos tributários de empresas submetidas a recuperação judicial.

Situação na agenda: CD – Aguardava constituição de Comissão Especial (CESP).

Situação atual: Inalterada.

**INFRA-ESTRUTURA SOCIAL****PL nº 7.200/2006, do Poder Executivo**

Estabelece normas gerais para educação superior, aplicáveis às instituições públicas e privadas de ensino superior e às instituições de pesquisa científica e tecnológica que promoverem a oferta de cursos e programas de graduação ou de pós-graduação.

Apensado ao PL nº 4.212/2004.

Situação na agenda: CD/CESP – Aguardava designação de relator.

Situação atual: Inalterada.

PL nº 7.637/2006, do deputado Alex Canziani (PTB/PR)

Estabelece formas de financiamento da educação profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico.

Situação na agenda: CD/CEC – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD – Arquivada em razão da nova legislatura. Até a presente data, não foi solicitado desarquivamento. Prazo de desarquivamento: 15 de agosto de 2007.

INDICAÇÕES SETORIAIS**PEC nº 23/2006, do senador Edison Lobão (DEM/MA)**

Veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributos sobre gêneros essenciais à alimentação humana básica, conforme definidos em lei complementar.

Situação na agenda: SF/CCJ – Aguardava designação de relator.

Situação atual: Inalterada.

PL nº 3.057/2000, do deputado Bispo Wandervall (PL/SP)

Institui a Lei de Responsabilidade Territorial Urbana, que disciplinará o parcelamento do solo e a regularização fundiária sustentável de áreas urbanas.

Situação na agenda: CD/CESP – Aguardava apreciação do parecer do relator, deputado Barbosa Neto (PDT/GO), favorável, com substitutivo. CDU – Aprovado, com substitutivo.

Situação atual: Inalterada.

**PLC nº 83/2005 (PL nº 936/2003, do deputado Rogério Silva – PPS/MT)**

Eleva de 5 (cinco) para 10 (dez) anos o prazo de responsabilidade civil do empreiteiro pela solidez e pela segurança da obra nos contratos de empreitada de edifícios ou de outras construções consideráveis.

Situação na agenda: SF/CCJ – Aguardava parecer do relator, senador Aloizio Mercadante (PT/SP).

Situação atual: Inalterada.



Proposições com Posicionamento Divergente com Ressalvas

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

PL nº 6.264/2005 (PLS nº 213/2003, do senador Paulo Paim – PT/RS)

Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Assegura aos remanescentes das comunidades dos quilombolas o direito à propriedade definitiva das terras por eles ocupadas.

Situação na agenda: CD – Aguardava constituição de Comissão Especial (CESP).

Situação atual: Inalterada.

PL nº 3.337/2004, do Poder Executivo

Independência e autonomia financeira das Agências Reguladoras.

Apensado ao PL nº 2.633/2003.

Situação na agenda: CD – Aguardava constituição de Comissão Especial (CESP).

Situação atual: CD/Plenário – Incluído em Ordem do Dia, em regime de urgência, pendente de pareceres.

PL nº 7.406/2006, do deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS)

Fixa o controle e a fiscalização da emissão de sons e ruídos em ambientes externos, com vocação residencial, comercial e predominantemente industrial.

Situação na agenda: CD/CMADS – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD – Arquivada em razão da nova legislatura. Até a presente data, não foi solicitado desarquivamento. Prazo de desarquivamento: 15 de agosto de 2007.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

PL nº 1.528/1989, do deputado Jones Santos Neves (PL/ES)

Dispõe sobre a organização sindical e estabelece regras acerca da estrutura, da composição e das atribuições das entidades e de seus órgãos. Reconhece as Centrais Sindicais e atribui a elas papel institucional e político.



Situação na agenda: CD/CTASP – Aguardava apreciação do parecer do relator, deputado Tarcísio Zimmermann (PT/RS), pela aprovação do Projeto e dos apensos, com substitutivo. CCJC – Aprovado.

Situação atual: Inalterada. Incluído em pauta três vezes.

PLP nº 208/2004, do deputado Eduardo Valverde (PT/RO)

Obriga a empresa que provocar transformações significativas de modernização a ajustar com o sindicato profissional majoritário medidas compensatórias e preventivas para sanar possível redução ou eliminação de postos de trabalho.

Situação na agenda: CD/CCTCI – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD/CCTCI – Aguarda parecer do relator, deputado Guilherme Menezes (PT/BA).

PL nº 980/2003, do deputado Murilo Zauith (DEM/MS)

Veda o fornecimento de tíquetes e vales-refeição ou alimentação. O pagamento do benefício poderá ser *in natura* ou em espécie.

Situação na agenda: CD/CTASP – Aguardava parecer do relator, deputado Jovair Arantes (PTB/GO).

Situação atual: CD – Arquivada em razão da nova legislatura. Até a presente data, não foi solicitado desarquivamento. Prazo de desarquivamento: 15 de agosto de 2007.

SISTEMA TRIBUTÁRIO

PEC nº 285/2004, do Poder Executivo

Reforma tributária com ênfase na reformulação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Situação na agenda: CD/Plenário – Pronto para a Ordem do Dia, para discussão em primeiro turno, com parecer da CCJC pela admissibilidade, com emendas, e da CESP, pela aprovação na forma de substitutivo.

Situação atual: CD – Matéria prejudicada (remetida ao arquivo) em face da aprovação em plenário da PEC nº 58/2007, do Poder Executivo (apensada à PEC nº 285), que aumenta em 1% o repasse de receitas ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).



PEC nº 57/2004, do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)

Criação de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) permanente, com alíquota de 0,08%.

Situação na agenda: SF/Plenário – Aguardava inclusão na Ordem do Dia, com parecer favorável da CCJ, com emendas.

Situação atual: Inalterada.

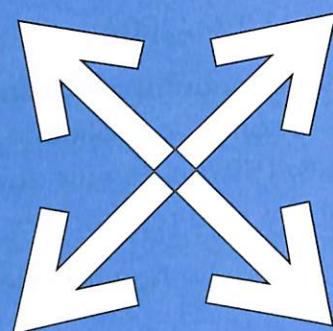
PL nº 4.684/2004, do deputado Almir Sá (PL/RR)

Os produtos industrializados e comercializados deverão informar, em seus rótulos, em caráter obrigatório, a carga tributária direta incidente no seu preço final ao consumidor, e fazer menção a impostos incidentes na cadeia produtiva. Essas informações deverão ser impressas, também, em cartazes de divulgação e publicidade, de forma nítida e de fácil leitura.

Apensado ao PL nº 1.472/2007 (PLS nº 174/2006).

Situação na agenda: CD/Plenário – Aguardava inclusão em Ordem do Dia, com parecer da CDC pela rejeição e da CCJC pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos PLs nº 4.684/2004, nº 3.488/1997, e demais apensos, com emendas, e, no mérito, pela aprovação do PL nº 4.854/2005 e pela rejeição dos demais.

Situação atual: CD/CFT (novo despacho) – Aguarda designação de relator.



DIVERGENTE

Proposições com Posicionamento Divergente

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

PL nº 3.769/2004, do deputado Celso Russomanno (PP/SP)

Altera a legislação para dispor que a oferta de componentes e de peças de reposição de produto seja mantida por período não inferior a 5 (cinco) anos depois de cessadas a produção ou a importação.

Situação na agenda: CD/CDEIC – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD/CDEIC – Aguarda parecer do relator, deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP).

PL nº 6.199/2005, do deputado Nazareno Fonteles (PT/PI)

Reduz o prazo de vigência da patente de invenção para 10 (dez) anos, e a de modelo de utilidade para 7 (sete) anos.

Situação na agenda: CD/CDEIC – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD/CDEIC – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Nelson Markezelli (PTB/SP), pela rejeição. Incluído em pauta duas vezes.

PL nº 937/2003, do deputado Deley (PV/RJ)

Estabelece contratação obrigatória de seguro para cobertura de danos ambientais e realização periódica de auditoria ambiental.

Situação na agenda: CD/CCJC – Aguardava apreciação do parecer do relator, deputado Marcelo Ortiz (PV/SP), pela aprovação. CDCMAM – Aprovado.

Situação atual: Inalterada. Incluído em pauta 27 vezes.

PL nº 1.254/2003, do deputado César Medeiros (PT/MG)

Estabelece que os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) responsáveis por licenciamentos devem exigir auditorias ambientais periódicas nas empresas ou nas entidades responsáveis por obras ou por atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental, ou utilizadoras de recursos ambientais em seu processo de produção. Fixa, ainda, que os custos de realização das auditorias serão suportados pelos empreendedores.



Situação na agenda: CD/CMADS – Aguardava designação do relator. CDEIC – Rejeitado.

Situação atual: CD/CMADS – Aguarda parecer do relator, deputado Rodovalho (DEM/DF). CDEIC – Rejeitado.

PL nº 3.559/2004, do deputado Raul Jungmann (PPS/PE)

Análise prévia de risco ambiental dos empreendimentos para concessão de créditos por instituições financeiras.

Situação na agenda: CD/CFT – Aguardava parecer do relator, deputado Félix Mendonça (DEM/BA). CMADS – Rejeitado.

Situação atual: Inalterada.

PL nº 3.902/2004, do deputado Ronaldo Vasconcellos (PTB/MG)

Institui a Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC), que prevê a redução progressiva das emissões de gases de efeito estufa no território brasileiro, bem como o estímulo à sua captura e estocagem. Dispõe também sobre a Política de Substituição Gradativa dos Combustíveis Fósseis (PSGCF) e cria o Fundo de Incentivo às Fontes Renováveis de Energia (FIFRE).

Situação na agenda: CD – Aguardava constituição de Comissão Especial (CESP).

Situação atual: CD – Arquivada em razão da nova legislatura. Até a presente data, não foi solicitado desarquivamento. Prazo de desarquivamento: 15 de agosto de 2007.

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

PL nº 4.891/2005, do deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP)

Regulamentação das profissões de árbitro e mediador.

Situação na agenda: CD/CTASP – Aguardava parecer do relator, deputado Jovair Arantes (PTB/GO).

Situação atual: Inalterada.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

PL nº 1.003/1988, do deputado Paulo Paim (PT/RS)

Insere, entre as atividades especiais (insalubres ou perigosas), a atividade penosa. Amplia o rol de agentes agressivos que caracterizam atividades ou operações perigosas. O adicional

é de 30%, calculado sobre a remuneração de ingresso da categoria ou sobre o salário-base do trabalhador.

Situação na agenda: CD/Plenário – Pronto para a Ordem do Dia, com os seguintes pareceres: CCJC, aprovado; CTASP, aprovado, com substitutivo; e CDEIC, aprovado substitutivo da CTASP, com subemenda.

Situação atual: Inalterada.

PLS nº 200/2006, do senador Paulo Paim (PT/RS)

Estabelece competência para que as entidades sindicais atuem em juízo como substituto processual, inclusive na execução.

Situação na agenda: SF/CCJ – Aguardava designação de relator.

Situação atual: Inalterada.

PL nº 7.663/2006, do deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA)

Modificações na jornada de trabalho, remuneração de hora-extra e de adicionais (noturno, periculosidade, penosidade e insalubridade).

Situação na agenda: CD/CTASP – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD/CTASP – Aguarda parecer do relator, deputado Cláudio Magrão (PPS/SP).

PL nº 1.981/2003, do deputado Vicentinho (PT/SP)

Dispõe sobre a participação dos sindicatos na inspeção do trabalho e garante aos representantes sindicais livre acesso às dependências da empresa, mediante prévio comunicado aos empregadores, juntamente com o fiscal do trabalho.

Situação na agenda: CD/CTASP – Aguardava indicação de relator.

Situação atual: CD/CTASP – Aguarda parecer do relator, deputado Edinho Bez (PMDB/SC).

PLP nº 8/2003, do deputado Maurício Rands (PT/PE)

Regula a despedida arbitrária. O empregador só poderá despedir o empregado por justo motivo objetivo ou subjetivo que autorize a despedida. A despedida que não se fundar em qualquer dos motivos poderá ser anulada.

Situação na agenda: CD/CTASP – Aguardava indicação de relator.

Situação atual: CD/CTASP – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Roberto Santiago (PV/SP), pela aprovação.



**PL nº 6.911/2006, do deputado Luiz Alberto (PT/BA)**

Altera a Lei que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados da empresa (Lei nº 10.101/2000). A empresa que se recusar a negociar para distribuir os lucros ou os resultados será obrigada a destinar, no mínimo, 15% de seu lucro líquido para pagamento aos trabalhadores, a título de participação.

Situação na agenda: CD/CDEIC – Aguardava indicação de relator.

Situação atual: CD/CDEIC – Aguarda parecer do relator, deputado Miguel Corrêa Jr. (PT/MG).

PL nº 6.739/2006, do deputado Marco Maia (PT/RS)

Estabelece que a ausência do empregado nos dias de greve não será considerada falta ao serviço, para fins do direito a férias.

Situação na agenda: CD/CTASP – Aguardava indicação de relator.

Situação atual: CD/CTASP – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Roberto Santiago (PV/SP), pela aprovação.

PL nº 7.689/2006, da deputada Dr^a. Clair (PT/PR) e outros

Revoga a lei que instituiu o banco de horas e restringe a compensação da jornada extraordinária.

Apensado ao PL nº 4.653/1994.

Situação na agenda: CD/CTASP – Aguardava apreciação do parecer do relator, deputado Vicentinho (PT/SP), pela aprovação do PL nº 4.653/1994, com substitutivo. Aguardava parecer do relator ao PL nº 7.689/2006.

Situação atual: CD/CTASP – O relator, deputado Vicentinho (PT/SP), apresentou parecer pela aprovação do PL nº 4.653/1994 e do PL nº 7.689/2006, com substitutivo. O substitutivo mantém a revogação da Lei nº 9.601/1998, que prevê o contrato de trabalho por prazo determinado e o banco de horas, com alterações como: (i) limite máximo da jornada de trabalho de 40 horas semanais para os empregados da atividade privada; (ii) remuneração da hora suplementar de, no mínimo, 100% e, quando em condições insalubres ou perigosas de, no mínimo, 150%; (iii) remuneração em triplo no caso do trabalho realizado em dia de repouso semanal, não compensado.

PLS nº 76/2006, do senador Valdir Raupp (PMDB/RO)

Estabelece que o empregado pode prestar, no máximo, 30 horas mensais de serviço extraordinário.

Situação na agenda: SF/CAS – Aguardava indicação do relator.

Situação atual: Inalterada.

**PLC nº 17/2004 (PL nº 7.122/2002, do deputado Dr. Rosinha – PT/PR)**

Restabelece, no Código Civil, o prazo prescricional de 20 (vinte) anos para a reparação de acidente do trabalho ou de doença ocupacional.

Situação na agenda: SF/CCJ – Aguardava indicação do relator.

Situação atual: SF/CCJ – Aguarda apreciação do parecer do relator, senador Romero Jucá (PMDB/RR), pela rejeição.

PEC nº 17/2006, da senadora Heloísa Helena (PSOL/AL)

Aumenta o período de estabilidade provisória concedido à empregada gestante, que hoje é de 5 (cinco) meses após o parto, para 1 (um) ano depois do término da licença-gestante.

Situação na agenda: SF/CCJ – Aguardava indicação do relator.

Situação atual: Inalterada.

PEC nº 75/2003, do senador Paulo Paim (PT/RS)

Reduz a jornada semanal de trabalho de 44 horas para 36 horas.

Situação na agenda: SF/CCJ – Aguardava designação do relator.

Situação atual: Inalterada.

PL nº 401/1991, do deputado Paulo Paim (PT/RS)

Determina que os empregadores não poderão, durante a greve e em razão dela, demitir ou substituir os trabalhadores grevistas. Veda a interferência das autoridades públicas no exercício de greve.

Situação na agenda: CD/CTASP – Aguardava parecer do relator, deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA). CREDN – Rejeitado.

Situação atual: Inalterada. Apresentado requerimento, pelo relator, que solicita realização de audiência pública para debater o Projeto.

PL nº 7.077/2002 (PLS nº 77/2002, do senador Moreira Mendes – DEM/RO)

Institui a Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT), que será fornecida por órgão competente da Justiça do Trabalho.

Situação na agenda: CD/CCJC – Aguardava apreciação do parecer do relator, deputado Luiz Couto (PT/PB), favorável ao projeto e pela anti-regimentabilidade das emendas. CTASP – Aprovado.

Situação atual: Inalterada.

**PL nº 4.734/2004, do Poder Executivo**

Dispõe sobre os limites dos valores recursais na Justiça Trabalhista. A condenação, nos dissídios individuais, só admitirá recurso, inclusive o extraordinário, mediante prévio depósito recursal.

Apensado ao PL nº 3.165/2004.

Situação na agenda: CD/Mesa Diretora – Aguardava apreciação de recursos para exame dos projetos pelo Plenário. CTASP – Aprovado, com substitutivo. CCJC – Aprovado, com substitutivo.

Situação atual: Inalterada.

SISTEMA TRIBUTÁRIO**PEC nº 36/2006, do senador Rodolpho Tourinho (DEM/BA)**

Repartição de receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) entre Estado de origem e Estado de destino nas operações e prestações que destinarem bens e serviços a consumidor final.

Situação na agenda: SF/CCJ – Aguardava designação de relator.

Situação atual: Inalterada.

PLP nº 352/2002 (PLS nº 240/2001 – Complementar do senador Lúcio Alcântara – PSDB/CE)

Incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre todas as etapas de circulação de energia elétrica.

Situação na agenda: CD/CCJC – Aguardava designação de relator.

Situação atual: Inalterada.

PLS nº 24/2007, da Comissão Mista de Salário Mínimo

Redução da alíquota da contribuição social sobre folha de salários e aumento da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Situação na agenda: SF/CAE – Aguardava parecer do relator, senador Romero Jucá (PMDB/RR).

Situação atual: Inalterada.

**INFRA-ESTRUTURA SOCIAL****PLP nº 189/2001, da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ)**

Aumento da contribuição previdenciária das empresas no caso de aposentadorias especiais e obrigatoriedade de emissão de laudo técnico-operacional.

Apensado ao PLP nº 60/1999.

Situação na agenda: CD/CSSF – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD/CSSF – Aguarda apreciação do parecer da relatora, deputada Rita Camata (PMDB/ES), pela aprovação do Projeto, do substitutivo da CTASP, na forma do substitutivo que apresenta. O substitutivo da CSSF traz apenas aperfeiçoamentos redacionais e de técnica legislativa ao texto aprovado na CTASP, o que não altera o posicionamento de divergência conferido à proposição.

PL nº 32/1999, do deputado Paulo Rocha (PT/PA)

Obrigatoriedade de divulgação do balanço social para empresas com mais de 100 (cem) empregados. Empresas optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES) e pela tributação com base no lucro presumido estarão dispensadas da nova obrigação.

Situação na agenda: CD/CDEIC – Aguardava designação de relator. CTASP – Aprovado, com emenda.

Situação atual: CD/CDEIC – Aguarda parecer do relator, deputado Reginaldo Lopes (PT/MG).

INDICAÇÕES SETORIAIS**PLP nº 349/2006, do deputado Vander Loubet (PT/MS)**

Dispõe sobre a rotulagem de carnes e cria o Sistema Nacional de Rastreamento Animal (Sinara), que terá por objetivo caracterizar a origem, o estado sanitário, a produção e a produtividade da pecuária nacional e a segurança dos alimentos advindos dessa exploração econômica.

Situação na agenda: CD/CAPADR – Aguardava parecer do relator, deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO).

Situação atual: CD/CAPADR – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO), pela rejeição.

**PLS nº 406/2005, do senador Paulo Paim (PT/RS)**

Estabelece novas regras e condições para elaboração dos cardápios do programa de alimentação escolar para a rede pública. Proíbe a venda de bebidas de baixo teor nutricional e de alimentos ricos em açúcar, gordura saturada, gordura trans ou sódio em escolas de educação básica.

Situação na agenda: SF/CE – Aguardava apreciação do parecer do relator, senador Romeu Tuma (DEM/SP), favorável, com emendas.

Situação atual: SF/CAS – Aguarda apreciação do parecer do relator, senador Cristovam Buarque (PDT/DF), favorável, com substitutivo. As emendas aprovadas na Comissão de Educação (CE) e o substitutivo apresentado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) não modificam o posicionamento da indústria. As alterações apresentadas não alteram o mérito e o conteúdo do projeto. Mantido o posicionamento de divergência.

PL nº 4.846/1994, do deputado Francisco Silva (PP/RJ)

Estabelece novas regras de propaganda e rotulagem de bebidas alcoólicas e proíbe a venda, a oferta e o consumo de bebidas alcoólicas em estádios de futebol, em ginásios esportivos e em estabelecimentos localizados nas faixas de domínio das rodovias federais.

Situação na agenda: CD/CESP – Aguardava apreciação do parecer do relator, deputado Sandes Júnior (PP/GO), favorável, com substitutivo.

CCTCI – Aprovado, com substitutivo.

Situação atual: Inalterada.

PLS nº 86/2006, do senador Marcelo Crivella (PRB/RJ)

Altera a definição de bebida alcoólica, para considerar como tal aquela com teor alcoólico superior a 1,2° Gay-Lussac, e não mais 13°. Determina que a propaganda comercial de bebidas alcoólicas não poderá associar o produto anunciado à prática de esportes ou à condução de veículos, entre outros, e veda a propaganda de bebidas alcoólicas nas emissoras de rádio e televisão e nas salas de cinema; o merchandising nos programas de rádio e televisão e nos filmes produzidos no País; e o patrocínio, por parte de empresas produtoras de bebidas alcoólicas, de eventos culturais e esportivos.

Situação na agenda: SF/CE – Aguardava parecer do relator, senador Papaléo Paes (PMDB/AP).

Situação atual: SF/CCT – Aguarda parecer do relator, senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS). O projeto recebeu novo despacho e será posteriormente apreciado pela Comissão de Educação (CE), pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

**PL nº 6.890/2006, da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)**

Regula a promoção da alimentação adequada e saudável nas escolas das redes pública e privada de ensino do País e veda a comercialização e a publicidade de produtos especificados.

Apensado ao PL nº 6.848/2002.

Situação na agenda: CD/CSSF – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD/CEC – Aguarda designação de relator.

CSSF – Aprovado, com substitutivo. O substitutivo aprovado mantém a proibição de venda de alimentos nas escolas da rede pública e privada. Destaca-se que a proibição no substitutivo é para alimentos “não saudáveis”, assim definidos pelas autoridades sanitárias.

PL nº 4.897/2005, do deputado Roberto Magalhães (DEM/PE)

Possibilita a movimentação da conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento da anuidade escolar, em qualquer nível, para o titular ou seus dependentes legais, desde que o volume total das liberações no exercício financeiro, para esse fim, não ultrapasse 20% do valor total do crédito do titular em sua conta vinculada.

Apensado ao PL nº 3.961/2004.

Situação na agenda: CD/CEC – Aguardava parecer da relatora, deputada Maria do Rosário (PT/RS).

Situação atual: Inalterada.

PL nº 22/2003, do deputado Roberto Gouveia (PT/SP)

Proibição de patenteamento de medicamentos para Aids.

Situação na agenda: CD/Mesa Diretora – Aguardava apreciação de recurso para exame em Plenário. CSSF – Aprovado. CDEIC – Aprovado. CCJC – Aprovado, com substitutivo.

Situação atual: CD – Recurso aprovado. Aguarda inclusão na Ordem do Dia de Plenário.

PL nº 7.571/2006, do deputado Corauci Sobrinho (DEM/SP)

Proíbe a veiculação, pela mídia em geral, de toda e qualquer propaganda dos medicamentos genéricos e similares.

Apensado ao PL nº 1.402/1999.

Situação na agenda: CD/CCTCI – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD/CCTCI – Aguarda parecer do relator, deputado Dr. Nechar (PV/SP).

**PLS nº 110/2006, do senador Arthur Virgílio (PSDB/AM)**

Restabelece dispositivos da Lei de Florestas Públicas vetados pelo Presidente da República, para dispor que: (i) o Plano Anual de Outorga Florestal deverá ser aprovado previamente pelo Congresso Nacional, quando incluir a concessão de florestas públicas com área superior a 2.500 hectares; e (ii) a destinação ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) de parcela dos recursos financeiros oriundos dos preços das concessões florestais não poderá ser compensada com outras fontes orçamentárias já asseguradas a esse órgão.

Situação na agenda: SF/CMA – Aguardava o parecer do relator, senador Sibá Machado (PT/AC).

Situação atual: SF/CMA – Aguarda designação de relator (redistribuição em razão da nova legislatura).

PL nº 3.854/1997, do deputado Adão Preto (PT/RS)

Regula a participação do agricultor-vendedor e da firma ou empresa compradora na classificação e no recebimento do fumo, de estufa e de galpão, para fins do processamento, exportação e comercialização em geral.

Situação na agenda: CD/CAPADR – Aguardava apreciação do parecer do relator, deputado Assis de Couto (PT/PR), pela aprovação, com emendas. CTASP – Aprovado. CDEIC – Rejeitado. CSSF – Pela incompetência para o exame da matéria.

Situação atual: Inalterada.

PL nº 5.823/2001, do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

Estende a proibição de comercialização de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumífero, derivado ou não do tabaco, a locais de prestação de serviços públicos, inclusive portos, aeroportos, rodoviárias e qualquer outra estação de embarque e desembarque de passageiros.

Situação na agenda: CD/CDEIC – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD/CDEIC – Aguarda parecer do relator, deputado Renato Molling (PP/RS).

PEC nº 410/2005, do deputado Luciano Zica (PT/SP)

Retira a previsão de garantia do produto da lavra ao concessionário da exploração de recursos minerais.

Situação na agenda: CD/CCJC – Aguardava designação de relator.

Situação atual: CD – Arquivada em razão da nova legislatura. Até a presente data, não foi solicitado desarquivamento. Prazo de desarquivamento: 15 de agosto de 2007.

**PL nº 5.802/2001 (PLS nº 388/2001, do senador Tião Viana – PT/AC)**

Altera as leis de defesa do consumidor e da vigilância sanitária para dispor que os saneantes domissanitários serão classificados segundo o risco que apresentam para a saúde e a vida das pessoas, atribuindo-se a cada categoria de risco um símbolo de perigo correspondente. Os símbolos de perigo serão, obrigatoriamente, empregados nas peças publicitárias, nos rótulos, nos invólucros ou embalagens, nas etiquetas, nas bulas, nas instruções de uso, nos prospectos e nos recipientes referentes àqueles produtos.

Situação na agenda: CD – Aguardava exame em Plenário. CDC – Aprovado. CSSF – Aprovado, com emenda. CCJC – Aprovado, com substitutivo.

Situação atual: Inalterada.

Índice

PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO CONVERGENTE	17
Regulamentação da Economia	17
PL nº 4.961/2005, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	17
PEC nº 81/2003, do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)	17
PEC nº 31/2005, do senador Augusto Botelho (PDT/RR)	17
PL nº 6.840/2006, do deputado José Thomaz Nono (DEM/AL)	17
PL nº 7.469/2006, do deputado Beto Albuquerque (PSB/RS)	18
PL nº 7.675/2006, da deputada Mariângela Duarte (PT/SP) e do deputado Luiz Bassuma (PT/BA)	18
Questões Institucionais	18
PL nº 6.607/2006, do deputado Bernardo Ariston (PMDB/RJ)	18
Legislação Trabalhista	18
PLS nº 76/2005, do senador Jefferson Péres (PDT/AM)	18
PL nº 7.386/2006 (PLS nº 116/2003, do senador Sérgio Zambiasi – PTB/RS)	19
PLP nº 378/2006, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	19
PL nº 4.330/2004, do deputado Sandro Mabel (PL/GO)	19
Custo de Financiamento	19
PL nº 3.741/2000, do Poder Executivo	19
Infra-Estrutura	20
PL nº 7.397/2006, do deputado Júlio Semeghini (PSDB/SP)	20
Sistema Tributário	20
PLP nº 289/2005, do deputado Nelson Proença (PPS/RS)	20
PLP nº 243/2001, do deputado Chico da Princesa (PTB/PR)	20
PL nº 4.695/2001, do deputado Nelson Proença (PMDB/RS)	21
PL nº 7.594/2006, do deputado Orlando Desconsi (PT/RS)	21
Infra-Estrutura Social	21
PL nº 873/2003, do deputado Armando Monteiro (PTB/PE)	21
Indicações Setoriais	22
PL nº 7.375/2006 (PLS nº 16/2004, do senador Eduardo Azeredo PSDB/MG)	22
PEC nº 516/2002, do deputado Jair Meneguelli (PT/SP)	22
PLS nº 28/2006, do senador Ney Suassuna (PMDB/PB)	22
PL nº 2.576/2000, do deputado Fernando Gabeira (PV/RJ)	22
PLP nº 183/2001, do deputado Paulo Gouvêa (DEM/SC) – Substitutivo do Senado Federal	23

PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO CONVERGENTE COM RESSALVAS	25
Regulamentação da Economia	25
PLC nº 115/2006 (PL nº 5.288/2005, do deputado Francisco Rodrigues – PPB/ RR)	25
PL nº 203/1991 (PLS nº 354/1989, do senador Francisco Rollemberg – PMN/ SE)	25
PL nº 3.955/2004, do deputado José Santana de Vasconcellos (PL/MG)	25
PL nº 4.288/2004, do deputado Celso Russomano (PP/SP)	25
PL nº 6.976/2006, do deputado Carlos Eduardo Cadoca (PMDB/PE)	26
PLS nº 32/2006 – Complementar dos senadores Renan Calheiros (PMDB/ AL) e Fernando Bezerra (PTB/RN)	26
PLP nº 7/2007, do deputado Pepe Vargas (PT/RS)	26
PLC nº 119/2006 (PLP nº 184/2004, do Poder Executivo)	27
PL nº 5.877/2005, do Poder Executivo	27
PLC nº 124/2006 (PL nº 7.514/2006, do Poder Executivo)	27
Questões Institucionais	27
PEC nº 511/2006 (PEC nº 72/2005, do senador Antônio Carlos Magalhães – DEM/BA)	27
PL nº 2.679/2003, da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados (REFPOLIT)	28
Legislação Trabalhista	28
PL nº 6.746/2006, do deputado Júlio Redecker (PSDB/RS)	28
PLS nº 112/2006, do senador Jose Sarney (PMDB/AP)	29
PL nº 4.302/1998, do Poder Executivo	29
PL nº 6.541/2006, da Comissão Especial Mista de Regulamentação da Emenda nº 45	29
Infra-Estrutura	30
PLS nº 327/2006, do senador João Alberto Souza (PMDB/MA)	30
PL nº 334/2007 (PLS nº 226/2005, do senador Rodolpho Tourinho – DEM/BA)	30
Sistema Tributário	31
PLP nº 342/2006, do deputado Osvaldo Reis (PMDB/TO)	31
PLS nº 30/2006 – Complementar do senador Pedro Simon (PMDB/RS)	31
PL nº 5.250/2005 (PLS nº 245/2004, do senador Fernando Bezerra – PTB/RN)	31
Infra-Estrutura Social	32
PL nº 7.200/2006, do Poder Executivo	32
PL nº 7.637/2006, do deputado Alex Canziani (PTB/PR)	32
Indicações Setoriais	32
PEC nº 23/2006, do senador Edison Lobão (DEM/MA)	32
PL nº 3.057/2000, do deputado Bispo Wanderval (PL/SP)	32
PLC nº 83/2005 (PL nº 936/2003, do deputado Rogério Silva – PPS/MT)	33

PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO DIVERGENTE COM RESSALVAS	35
Regulamentação da Economia	35
PL nº 6.264/2005 (PLS nº 213/2003, do senador Paulo Paim – PT/RS)	35
PL nº 3.337/2004, do Poder Executivo	35
PL nº 7.406/2006, do deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS)	35
Legislação Trabalhista	35
PL nº 1.528/1989, do deputado Jones Santos Neves (PL/ES)	35
PLP nº 208/2004, do deputado Eduardo Valverde (PT/RO)	36
PL nº 980/2003, do deputado Murilo Zauith (DEM/MS)	36
Sistema Tributário	36
PEC nº 285/2004, do Poder Executivo	36
PEC nº 57/2004, do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)	37
PL nº 4.684/2004, do deputado Almir Sá (PL/RR)	37
PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO DIVERGENTE	39
Regulamentação da Economia	39
PL nº 3.769/2004, do deputado Celso Russomanno (PP/SP)	39
PL nº 6.199/2005, do deputado Nazareno Fonteles (PT/PI)	39
PL nº 937/2003, do deputado Deley (PV/RJ)	39
PL nº 1.254/2003, do deputado César Medeiros (PT/MG)	39
PL nº 3.559/2004, do deputado Raul Jungmann (PPS/PE)	40
PL nº 3.902/2004, do deputado Ronaldo Vasconcellos (PTB/MG)	40
Questões Institucionais	40
PL nº 4.891/2005, do deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP)	40
Legislação Trabalhista	40
PL nº 1.003/1988, do deputado Paulo Paim (PT/RS)	40
PLS nº 200/2006, do senador Paulo Paim (PT/RS)	41
PL nº 7.663/2006, do deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA)	41
PL nº 1.981/2003, do deputado Vicentinho (PT/SP)	41
PLP nº 8/2003, do deputado Maurício Rands (PT/PE)	42
PL nº 6.911/2006, do deputado Luiz Alberto (PT/BA)	42
PL nº 6.739/2006, do deputado Marco Maia (PT/RS)	42
PL nº 7.689/2006, da deputada Drª. Clair (PT/PR) e outros	42
PLS nº 76/2006, do senador Valdir Raupp (PMDB/RO)	42
PLC nº 17/2004 (PL nº 7.122/2002, do deputado Dr. Rosinha – PT/PR)	43
PEC nº 17/2006, da senador Heloísa Helena (PSOL/AL)	43
PEC nº 75/2003, do senador Paulo Paim (PT/RS)	43

PL nº 401/1991, do deputado Paulo Paim (PT/RS)	43
PL nº 7.077/2002 (PLS 77/2002, do senador Moreira Mendes – DEM/RO)	43
PL nº 4.734/2004, do Poder Executivo	44
Sistema Tributário	44
PEC nº 36/2006, do senador Rodolpho Tourinho (DEM/BA)	44
PLP nº 352/2002 (PLS nº 240/2001 – Complementar do senador Lúcio Alcântara – PSDB/CE)	44
PLS nº 24/2007, da Comissão Mista de Salário Mínimo	44
Infra-Estrutura Social	45
PLP nº 189/2001, da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ)	45
PL nº 32/1999, do deputado Paulo Rocha (PT/PA)	45
Indicações Setoriais	45
PLP nº 349/2006, do deputado Vander Loubet (PT/MS)	45
PLS nº 406/2005, do senador Paulo Paim (PT/RS)	46
PL nº 4.846/1994, do deputado Francisco Silva (PP/RJ)	46
PLS nº 86/2006, do senador Marcelo Crivella (PRB/RJ)	46
PL nº 6.890/2006, da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	47
PL nº 4.897/2005, do deputado Roberto Magalhães (DEM/PE)	47
PL nº 22/2003, do deputado Roberto Gouveia (PT/SP)	47
PL nº 7.571/2006, do deputado Corauci Sobrinho (DEM/SP)	47
PLS nº 110/2006, do senador Arthur Virgílio (PSDB/AM)	48
PL nº 3.854/1997, do deputado Adão Preto (PT/RS)	48
PL nº 5.823/2001, do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)	48
PEC nº 410/2005, do deputado Luciano Zica (PT/SP)	48
PL nº 5.802/2001 (PLS nº 388/2001, do senador Tião Viana PT/AC)	49

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Unidade de Assuntos Legislativos – COAL

Ricardo Mariano Marcondes Ferraz
Gerente-Executivo

Godofredo Franco Diniz
Gerente-Executivo Adjunto

Luiz de Gonzaga Fonseca Mota
Gerente-Executivo Adjunto

Equipe Técnica
Aline Said Bandeira
Angela Borges
Anna Henriqueta F. Peres
Antônio Marrocos
Beatriz Nunes
Fabiano Faria de C. Hecht
Frederico Gonçalves Cezar
Jomara Cado Bessa
Marcos Joaquim Pereira
Maria Auxiliadora S. de Menezes
Marília Altoé Braga
Pedro Aloysio Kloeckner
Ubaldo Campello Neto
Valéria Leite Memória

Superintendência de Serviços Compartilhados (SSC)

Área Compartilhada de Informação e Documentação (ACIND)

Suzana Curi
Produção Editorial

Gabriela Leitão
Normalização

Fabírcia de Oliveira Gouveia
Revisão Gramatical

Link Design
Projeto Gráfico, Editoração e Capa